



A EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESENVOLVIMENTO MORAL: UM PANORAMA HISTÓRICO.

Bianca Emanuele Ilkiu França

Universidade Estadual de Londrina

bianca.franca30@uel.br

Linha de estudo: Linha 1: Formação de professores em Educação Física.

Forma de Apresentação

Comunicação Oral

Poster

Resumo

A literatura a respeito da história da educação mostra que o ensino sempre esteve relacionado aos interesses de uma camada dominante da sociedade, e assim também se constitui a história da Educação Física. Estudos sobre o movimento humano revelam que as práticas corporais apresentaram diferentes significados ao longo do tempo e que, em sua maior parte, estiveram relacionadas ao desenvolvimento moral do sujeito. Dessa forma, o presente estudo caracterizou por uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com objetivo de analisar as diferentes concepções da Educação Física ao longo do tempo e suas relações com o desenvolvimento moral do sujeito. Para isso, foi traçado um breve panorama histórico das atribuições das práticas corporais até os dias atuais. Após a análise, conclui-se que em diferentes períodos e, nas diversas organizações sociais de cada um deles, estabeleceu-se uma relação da Educação Física com o desenvolvimento moral do sujeito. Como algumas das principais significações encontradas podemos citar: 1) através das políticas de saúde relacionadas ao corpo, como no movimento Higienista no século XVIII; 2) meio de fortalecimento para o trabalho nas fábricas, na Revolução Industrial; 3) defesa da pátria no século XIX; 4) eugeniação de raça; 5) Educação Física esportivista, na década de 70. A perspectiva da Motricidade Humana de Manuel Sérgio apresenta como possibilidade estabelecer a relação da corporeidade com o desenvolvimento moral centrada na complexidade do ser humano, com a intenção de refletir o movimento de forma consciente, em direção à transcendência do sujeito.

Palavras-chave: Educação Física; Desenvolvimento Moral; Motricidade Humana.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA





Introdução

Este artigo tem como objetivo geral analisar as diferentes concepções da Educação Física ao longo do tempo e suas relações com o desenvolvimento moral do sujeito. Para isso, foi traçado um breve panorama histórico das atribuições das práticas corporais até os dias atuais.

A Educação Física vivenciou muitas mudanças ao longo do tempo, pois as práticas corporais expressaram diferentes significados sociais em cada período histórico. Como exemplo de algumas dessas atribuições, podemos citar que, ainda enquanto ginástica, a área esteve relacionada a preparar homens para a guerra e defesa da pátria; disseminar hábitos higiênicos para a população; formar atletas para competições esportivas etc.

Nas concepções citadas anteriormente, caberia à Educação Física somente o desenvolvimento físico do sujeito, enquanto outras ciências, como a filosofia e a matemática, preocupavam-se do desenvolvimento intelectual. Essa visão trouxe para o contexto histórico da Educação Física uma dualidade, em que corpo e mente foram tratadas como partes distintas e independentes entre si (Pereira, 2010).

Nesta pesquisa, adotou-se a perspectiva da Educação Física pelo viés da ciência da motricidade humana de Manuel Sérgio (1994), que busca superar a visão reducionista da área. A partir dessa concepção, a Educação Física considera o sujeito como um ser complexo, uno, que reflete sobre o movimento humano a partir de dimensões históricas e sociais. Como referências de autores que trabalham atualmente nesta perspectiva, destacam-se Freire (2017); Saladini (2018); Conti (2019); Lima (2020); Martiny, Theil e Neto (2021); Pereira e Cesário (2021); Sérgio (2022) e Palma e Palma (2023).

Existem diferentes abordagens que tratam sobre moral, sendo algumas delas a de Émile Durkheim; Sigmund Freud; Lawrence Kohlberg e Jean Piaget. Neste trabalho, elegeu-se como perspectiva a teoria construtivista embasada na Epistemologia Genética de Jean Piaget. Para o autor, assim como o desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento da moralidade ocorre em um processo que envolve aspectos biológicos e sociais, e podemos defini-lo como o “[...] desenvolvimento das crenças, dos valores, das ideias dos sujeitos sobre a noção do certo, do errado, dos juízos” (Vinha, 1999, p. 17).



A fim de atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores que, em suas obras, trataram da história da Educação Física ao longo do tempo. Como exemplo desses autores podemos citar Oliveira (1983); Soares *et al.* (1990); Castro (1997); Castellani Filho (2008); Mello (2009), entre outros. Para discutir sobre a Educação Física na atualidade, foram utilizadas obras apoiadas na Ciência da Motricidade Humana, como Sérgio (1994); Pereira (2010); Saladini (2020); Palma e Palma (2023), entre outros.

Metodologia

A presente pesquisa se caracterizou por uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Segundo Marconi e Lakatos (1990, p. 71), essa metodologia permite ao pesquisador ter contato com os principais trabalhos realizados sobre o assunto, que são “[...] revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Brito, De Oliveira e Da Silva (2021, p. 13) afirmam que essa metodologia é de grande relevância para as pesquisas educacionais, pois coloca o pesquisador em contato com aquilo que já foi produzido sobre seu objeto de estudo. Devido às várias possibilidades de pesquisa na área da educação, o enfoque qualitativo “[...] deixou de ser apenas uma repetição de conceitos e ideias com nova roupagem, e abriu-se então um campo de discussão com várias possibilidades.”

Segundo Marconi e Lakatos (1990), a pesquisa bibliográfica pode ser realizada em diversas fontes, como: jornais; revistas; publicações; entre outras. Dessa forma, as fontes escolhidas para o trabalho foram obras de estudiosos da Educação Física como Oliveira (1983); Soares *et al.* (1990); Castro (1997); Castellani Filho (2008); Mello (2009), Pereira (2010); Saladini (2020); Palma e Palma (2023), entre outros.

Resultados e Discussão

A literatura a respeito da história da educação mostra que o ensino sempre esteve relacionado aos interesses de uma camada dominante da



sociedade, e assim também se constitui a história da Educação Física. Estudos sobre o movimento humano revelam que as práticas corporais apresentaram diferentes significados ao longo do tempo e que, em sua maior parte, estiveram relacionadas ao desenvolvimento moral do sujeito.

O século XVIII foi marcado por diversas políticas de saúde relacionadas ao corpo, pois alguns países de grande relevância para o cenário mundial, como França e Inglaterra, passaram por uma revolução política e econômica (Mello, 2009; Soares et al., 1990).

Um dos fortes ideais relacionados às práticas corporais que surgiu no século XVIII foi o Higienismo que, segundo Milagres, Silva e Kowalski, (2018), foi um movimento da elite médica a fim de estabelecer relações de poder através de hábitos higiênicos à população, sendo a Educação Física um dos principais meios de poder das instituições médicas. Os autores (2018) afirmam que, no século XVIII, acreditava-se que as classes populares possuíam um estilo de vida libertino no qual deveria intervir a educação higiênica e os bons hábitos.

Com a Revolução Industrial, outra significação atribuída às práticas corporais foi a do fortalecimento dos homens para o trabalho nas fábricas, idealização que se manteve até o século XIX. De acordo com Palma, Oliveira e Palma (2008, p. 19), essa força do trabalho se tornou para o sujeito “[...] uma forma de garantir sua existência, já que o mesmo não detém dos meios de produção”.

Além do fortalecimento para o trabalho, Castro (1997) afirma que, no século XIX, os governantes investiram na formação militarista de jovens para a defesa da pátria, e a Educação Física possuía como objetivo formar cidadãos fortes e preparados para a guerra.

Castellani Filho (2008) trata dessa influência do militarismo na introdução da Educação Física, ainda chamada de ginástica, no Brasil. De acordo com o autor (2008), a história dessa introdução em muitos momentos se confunde com a história dos militares, devido a fatores como “[...] a marcante



presença dos militares na formação dos primeiros professores civis de Educação Física [...]” (Castellani Filho, 2008, p. 34). O

Oliveira (1983) afirma que duas tendências marcaram o início e evolução da Educação Física brasileira no século XIX: a militarista, por influência das escolas militares que tinham o exercício físico obrigatório, e a médica, por intermédio da Faculdade de Medicina. Assim como no movimento higienista da Europa do século XVIII, as instituições médicas brasileiras ultrapassaram o âmbito da saúde e conseguiram impor às famílias “[...] uma Educação Física, Moral, Intelectual e sexual inspirada nos preceitos sanitários da época” (Castellani Filho, 2008, p. 42).

Ainda no século XIX, através do Parecer Rui Barbosa (Brasil, 1882), houve a primeira sugestão de que a ginástica fosse incluída na escola normal no Brasil. Devido à forte relação com o militarismo, o profissional que atuava na área da ginástica se tornou, como cita Oliveira (1983, p. 8) “[...] historicamente identificado com hábitos militares [...]”, como um disciplinador responsável pela educação do físico.

O século XX foi marcado pelas ideologias nazistas e fascistas, fato que fez com que ganhasse força novamente as ideias que associavam a Educação Física à eugeniação da raça no Brasil. Oliveira (1983) cita que, a partir da década de 30, a ginástica ganha um foco maior no Brasil, e a Educação Física recebe muitos incentivos, principalmente pela popularidade de esportes na época, como o futebol.

Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, foi tratada pela primeira vez a obrigatoriedade da disciplina no sistema escolar. Em 1937, a Educação Física aparece nos Art. 131 e 132 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil como obrigatória “[...] em todas as escolas primárias, normais e secundárias [...]” (Brasil, 1937, p. 14) com objetivo de “[...] promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação” (Brasil, 1937, p. 14).



A partir de 1948, iniciou-se um debate visando a criação de um projeto de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que foi promulgado somente 13 anos depois, com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961). Essa lei também trazia a Educação Física como obrigatória nos cursos primário e médio, mas ainda com um caráter instrumental. De acordo com Milagres, Silva e Kowalski (2018), a partir dessa lei, o esporte passou a ocupar espaço nas aulas de Educação Física.

A respeito deste período, Palma, Oliveira e Palma (2008) citam que predominava na Educação Física escolar, o ensino da prática esportiva, pois “[...] as competições esportivas, tanto na prática social, quanto nos currículos escolares são voltadas para a educação do indivíduo para a obediência de regras” (Palma; Oliveira; Palma, 2008, p. 23). Ou seja, o esporte também era utilizado como forma de moldar a sociedade com seus princípios que, de acordo com os autores citados eram os da “[...] racionalidade, eficiência e produtividade” (Palma; Oliveira; Palma, 2008, p. 23).

Na década de 70, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre os Estados) e na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como na tentativa de desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da força de trabalho para o milagre econômico brasileiro (Lima, 2015, p. 250).

Oliveira (2004) também aponta essa relação da Educação Física com a ditadura militar no Brasil. Segundo o autor, o regime autoritário utilizou da área como uma forma de controlar a população, principalmente por meio da prática esportiva

Claro que, dada a “essência” de um regime autoritário, a Educação Física no Brasil também foi pensada numa perspectiva de controle social. A revista é clara neste sentido, quando veicula textos de



autoridades e órgãos do governo. Até mesmo pesquisadores e professores assumem um tom de um moralismo absoluto, ao imputar à “modernidade” e à industrialização as mazelas da juventude. A Educação Física confundia-se com a formação moral. Mas prevaleceu a antítese dessa vertente. Ou seja, o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração (Oliveira, 2004, p. 13).

Em 1971 evidencia-se ainda mais a Educação Física enquanto uma mera área de atividades, através do Art. 1º do Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971 (Brasil, 1971), que define como “[...] atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional” (Brasil, 1971, p. 1).

Lima (2015, p. 250) cita que “[...] a falta de especificidade do decreto manteve a ênfase na aptidão física, tanto na organização das atividades como no seu controle e avaliação”. Castellani Filho (2008) afirma que essa compreensão da Educação Física enquanto disciplina sob forma de atividade trouxe à área uma “[...] ação não expressiva de uma reflexão teórica, caracterizando-se, dessa forma, no ‘fazer 20 por fazer’ [...]” (Castellani Filho, 2008, p. 108). Soares (1996) também argumenta que, nestes parâmetros, a Educação Física apresentava uma falta de especificidade, pois:

Naquele momento, a Educação Física não tem mais um conteúdo seu, ela é um conjunto de meios para... ela passa a ter um caráter genérico: será de reabilitação? de readaptação? de integração? Talvez ela tenha se tomado um pouco de tudo isto sem exatamente ser tudo isto. Afinal onde ficou a especificidade? Não dá para esquecer que este foi o momento no qual todas as pessoas envolvidas ou não com ensino, davam palpites sobre o que deveria ou não ser do domínio da Educação Física na escola (Soares, 1996, p. 9).

A partir da década de 1980 inicia uma nova discussão acerca da Educação Física. A fim de superar essa crise identitária da área, em que não se conseguia definir seu real objeto de estudo, estudiosos da área como Medina (1983), Oliveira (1983) e Castellani Filho (2008), passaram a propor uma nova



perspectiva baseada no ensino reflexivo. Para esses pesquisadores, a noção vinda de um contexto histórico pautado no patriotismo, militarismo e higienismo não estava mais adequada ao contexto social e as necessidades da formação, já que a sociedade da época passava por diversas transformações. Nessa perspectiva, caberia à Educação Física se preocupar com o sujeito complexo, capaz de pensar e refletir sobre o movimento (Rangel-Betti; Betti, 1996).

De acordo com Saladini (2020), a partir da década de 80, a Educação Física deixou de ser discutida apenas pelo viés das ciências biológicas, mas também se fortaleceu na área pedagógica, incluindo conhecimentos das ciências humanas e sociais. Lima (2015, p. 251) cita que, a partir dessa concepção “[...] as relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação”.

A partir da nova linha de pensamento disseminada na década de 80, o português Manuel Sérgio apresenta sua teoria, denominada de Ciência da Motricidade Humana (Sérgio, 1994, 1996). Para Pereira (2010), a Ciência da Motricidade Humana promove um rompimento de uma visão reduzida da Educação Física como “[...] uma mera área de atividades, muitas vezes com um fim em si mesma” (Pereira, 2010, p. 377), o que a autora chamou de “[...] físico tão-só [...]” (Pereira, 2010, p. 377).

A partir desse corte epistemológico, a Educação Física passa a considerar a transcendência de um sujeito complexo, que não só se movimenta, mas que é capaz de refletir sobre suas ações em diversos contextos de seu cotidiano.

[...] a motricidade invoca a totalidade humana (corpo, espírito, natureza, sociedade), não só no desenvolvimento motor [...] a motricidade humana é estado e processo porque dele emergem um código genético, uma estratégia bioquímica, um sistema nervoso, um nível energético de base e também os fatores culturais, de aprendizagem e afinal tudo o que constitui a praxidade humana (Sérgio, 1996, p. 20).



Em 1996 foi feita a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), que definiu a Educação Física como componente curricular da educação básica, obrigatória em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a compreensão de que ela é uma área de conhecimento integrada às demais, devendo ter a mesma importância nos processos de ensino-aprendizagem ainda está longe de ser atendida.

Ainda que não esteja norteando toda as práticas, documentos e ações da área de Educação Física, essa abordagem que busca superar uma visão reducionista está presente até os dias de hoje, em algumas abordagens e propostas da Educação Física enquanto componente curricular. Embora com diferentes enfoques, ampliaram-se as discussões aproximando a área das ciências humanas, e autores têm buscado articular à área à formação de um sujeito complexo (Milagres; Silva; Kowalski, 2018).

Atualmente, estudiosos da Educação como Saladini (2018); Pereira (2020); Sérgio (2022); Palma e Palma (2023) seguem essa mesma perspectiva da motricidade intencional, carregada de sentido e reflexão, buscando superar a concepção utilitarista que a Educação Física carrega em seu contexto histórico. Assim como esses autores, destaca-se neste trabalho a relação que a área possui com o desenvolvimento humano do sujeito, não devendo ser apenas uma simples prática de atividade físico-motora, isenta de reflexões e abstrações.

Conclusão

Analisando o processo histórico da Educação Física, pode-se notar que, em diferentes períodos e, nas diversas organizações sociais de cada um deles, estabeleceu-se uma relação com o desenvolvimento moral do sujeito. Como principais significações encontradas podemos citar: 1) através das políticas de saúde relacionadas ao corpo, como no movimento Higienista no século XVIII; 2) meio de fortalecimento para o trabalho nas fábricas, na



Revolução Industrial; 3) defesa da pátria no século XIX; 4) eugeniização de raça; 5) Educação Física esportivista, na década de 70.

Apresenta-se como limitação deste trabalho o número de obras utilizadas como referência para o estudo. Sendo assim, não se pretende nesta pesquisa esgotar as significações das práticas corporais ao longo do tempo em diferentes contextos, mas sim, analisar como a Educação Física possui em seu contexto histórico uma relação com o desenvolvimento moral do sujeito.

Essa relação histórica das práticas corporais com os interesses sociais de uma camada dominante da sociedade trouxe para a Educação Física uma tendência fortemente marcada pelo utilitarismo, o famoso fazer por fazer, em que o movimento é isento de reflexões, servindo apenas para fortalecer ao corpo.

A perspectiva da Motricidade Humana apresenta como possibilidade estabelecer a relação da corporeidade com o desenvolvimento moral centrada na complexidade do ser humano, com a intenção de refletir o movimento de forma consciente, em direção à transcendência do sujeito. Sendo assim, já não é apenas o movimento pelo movimento como antes, mas o movimento com sentido e significado, que se manifesta através da dança, ginástica, esporte, jogo, ergonomia, educação especial e reabilitação.



Referências

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Brasília: Presidência da República. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 12 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879**. (Apresentado em sessão de 13 de abril de 1882). Dispõe sobre Reforma do ensino secundário e superior. Rio de Janeiro, 1882. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242371>. Acesso em: 20 de set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971**. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm. Acesso em 23 maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 de jul. 2024.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 02 de abr. 2025.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 15. ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2008.

CASTRO, Celso. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p. 61-78, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6699/458.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CONTI, Luana Cristine Franzini de. **Consciência das regras no jogo de bola queimada**: um estudo piagetiano. In: 4º Congresso Nacional de Formação de Professores de Educação Física - 9º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar, 2019, Londrina. Formação de professores de Educação Física da perspectiva da Base Nacional Comum Curricular: superação ou manutenção., 2019.

FREIRE, João Batista. **O jogo: entre o riso e o choro**. Autores associados, 2017.



LIMA, Rubens Rodrigues. História da Educação Física: algumas pontuações. **Revista eletrônica pesquiseduca**, Santos, v. 7, n. 13, p. 246-257, 2015.

Disponível em:

<https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/199/pdf>. Acesso em: 14 de maio. 2024.

LIMA, Thiago Corado. **O conceito de socialização e a educação física**: um estudo piagetiano. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 1990.

MARTINY, Luis Eugênio; THEIL, Larissa Zanetti; NETO, Eloy Maciel. A legitimação da educação física escolar: a cultura corporal de movimento como linguagem e condição de possibilidade de conhecimento. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 3, p. 241-247, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8766546>. Acesso em: 20 de out. 2024.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**. Campinas: Papyrus, 1983.

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da educação física na escola**: a emancipação humana como finalidade. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MILAGRES, Pedro; SILVA, Carolina Fernandes da; KOWALSKI, Marizabel. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. **Motrivivência**, Florianópolis-SC, v. 30, n. 54, p. 160-176, jul. 2018.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/223>. Acesso em: 14 de jan 2025.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PALMA, Ângela Teixeira Victoria; PALMA, José Augusto Victoria. **Educação Física e o conceito de experiência**: contribuições para a operacionalização da Base Nacional Comum Curricular. In: 8º CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 8., CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – CONPEF, 11., 2023, Londrina. Anais [...]. Londrina. Educação Física Escolar: Contextualizar e integrar a cultura das humanidades e a cultura científica como princípios



organizadores do ensino. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2023. v. 1. p. 1-15. Disponível em:

https://www.uel.br/eventos/conpef/portal/pages/arquivos/CONPEF%20-%202023%20%20ARTIGOS%20APRESENTADOS/12_EDUCACAO_FISICA_E_O_CONCEITO%20DE_EXPERIENCIA.pdf. Acesso em 10 out. 2024.

PALMA, Ângela Pereira Teixeira Victoria; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli; PALMA, José Augusto Victoria. **Educação Física e a organização curricular**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Londrina: EDUEL, 2008.

PEREIRA, Ana Maria. A ciência da motricidade humana e as suas possibilidades metodológicas. **Filosofia e educação**, Campinas, SP, v. 2, n. 2, p. 376-392, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635511/3304>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

PEREIRA, Ana Maria; CESÁRIO, Marlene. O Conhecimento em Ginástica e a Ciência da Motricidade Humana. In: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – CONPEF, 10., CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 5., 2021, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, 2021. v. I. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/conpef/portal/pages/arquivos/2021_ARTIGOS_APRESENTADOS/O%20CONHECIMENTO%20EM%20GINASTICA%20E%20A%20CIENCIA%20DA%20MOTRICIDADE%20HUMANA.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

RANGEL-BETTI, Irene Conceição; BETTI, Mauro. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. **Motriz**, Rio Claro- SP, v. 2, n. 1, p. 10-15, jun. 1996.

SALADINI, Ana Cláudia. **Educação Física e desenvolvimento moral**: implicações da linguagem empregada pelo professor. In: V Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas: Educação Democrática e Novas Alternativas, 2018, MARÍLIA. Educação Democrática e Novas Alternativas. Marília: Unesp, 2018. v. 1. p. 1-14.

SALADINI, Ana Cláudia. Linguagem do professor de Educação Física e desenvolvimento moral. In: BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; ALVES, Cristiane Paiva. **Humanização e educação integral refletindo sobre rotas alternativas** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 63-84. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4bfn7/pdf/bataglia-9786559540075.pdf>. Acesso em: 14 de set. 2024.

SÉRGIO, Manuel. **Motricidade humana**: contribuições para um paradigma emergente. 1994.



SÉRGIO, Manuel. **Epistemologia da Motricidade Humana**. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 1996.

SÉRGIO, Manuel. Motricidade humana: o itinerário de um conceito.
MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, v. 6, n. 1, p. 15-25, 2022.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930**. 1990. 256 f. Dissertação (Mestre em educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, São Paulo, 1990.

SOARES, Carmen Lucía. **Educação Física escolar: conhecimento e especificidade**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, supl. n. 2, p. 6-12, 1996.

VINHA, Telma Pileggi. **O Educador e a Moralidade Infantil numa Perspectiva Construtivista**. Revista do Cogeime, [S.l.], v. 8, n. 14, p. 15-38, jun. 1999.